

ORDEM E PROGRESSO: (DES) ESTABILIDADE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NO BRASIL

ORDER AND PROGRESS: (DES) POLITICAL STABILITY AND ECONOMIC DEVELOPMENT IN BRAZIL

José Alves Dias¹

RESUMO: A proposta do artigo é analisar a relevância dos lemas positivistas para a manutenção da estabilidade política e econômica no Brasil de forma a garantir que, mesmo em momentos de transição, não ocorressem rupturas significativas que alterassem o modelo de estratificação social. A abordagem do tema por essa perspectiva pretende demonstrar que a manutenção da ordem social é imprescindível ao progresso econômico pretendido pela classe dominante, mas que, ao contrário, as melhorias econômicas não indicam, necessariamente, a tranquilidade dos setores oponentes, ainda que esta seja a aspiração dos grupos encastelados no poder ou dirigentes da produção. A exposição dos fatos históricos ocorridos ao longo do século XX demonstra que as crises políticas ocorreram tanto em função da estagnação quanto do desenvolvimento econômico e que ambos, também, podem coincidir com estabilidade política.

PALAVRAS-CHAVE: positivismo, política, economia.

ABSTRACT: The purpose of this article is to analyze the relevance of the positivist slogans for the maintenance of political and economic stability in Brazil in order to ensure that, even in times of transition, there were no significant ruptures that altered the social stratification model. The approach of the theme by this perspective intends to demonstrate that the maintenance of the social order is indispensable to the economic progress intended by the ruling class, but that, on the contrary, economic improvements do not necessarily indicate the tranquility of the opposing sectors, even if this is the aspirations of groups in power or leaders of production. The exposition of historical events throughout the twentieth century shows that political crises have occurred both in terms of stagnation and economic development, and that both can coincide with political stability.

KEY WORDS: positivism, politics, economics.



Vol. 13 Número Especial

Jul/Dez. 2017

Ahead of Print

¹Doutor em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em Memória: Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Email: jdiashistory@gmail.com

Origens do positivismo e sua adaptação ao Brasil

O filósofo francês Augusto Comte, ao enfatizar a ordem como base para a expansão das possibilidades humanas de crescimento, propunha uma nova organização social pautada na objetividade científica. O modelo proposto pelo discípulo de René Descartes, por seu caráter prescritivo, rigoroso e pragmático, teve muito mais um caráter conservador, por justificar a operacionalização do sistema político e economicamente dominante, do que reformista e, por tal razão, não impediu que as contradições existentes na dinâmica social desaparecessem.

Efetivamente, a essência do positivismo é o controle absoluto mediante a imposição de modelos previamente experimentados. Quando transposta ao campo social, a unidade pretendida pelo teórico das convicções absolutas colide frontalmente com o entendimento de que a organismo societário é constituído e estratificado e evado de desigualdades econômicas e sociais.

Ao fazer tábula rasa da sociedade, a corrente filosófica francesa do século XIX, impõe a unidade, portanto, a disposição estruturada em modelos previamente arranjados, e o progresso, notadamente referindo-se ao aspecto econômico, tem seu caminho linear, encadeado, regular e evolutivo.

O século XIX foi um período de invenções, guerras, descobertas, redefinições geopolíticas e de uma infinidade de mudanças que podiam ser vistas a olhos nus. A própria filosofia ocidental moderna estava em constante erupção e conflito. Trata-se, portanto, de uma proposição anacrônica ou deliberadamente elaborada para justificar o arbítrio.

Pelo que está exposto, ao longo do texto, sobre as experiências políticas e econômicas do Brasil, em finais do século XIX e durante uma parte considerável do século XX, é muito provável que o mérito de Auguste Comte tenha sido fornecer ao sistema de controle social as ferramentas adequadas para operar sua permanência no poder.

O viés positivista apenas tornou evidente que, numa sociedade altamente estratificada, conceber a marcha do progresso combinada com modelos rígidos de prescrição, ainda que pautados na objetividade científica, não produz resultados precisos. A racionalidade e a liberdade, presentes no pensamento iluminista e liberal dos intelectuais europeus do século XVIII, pressupunham que a trajetória linear e progressiva da humanidade era uma forma eficiente de progredir, no entanto, o desenvolvimento formulado desse ponto de vista negava a dialética onipresente na tessitura social.

A propagação da natureza otimista e construtiva dessa corrente filosófica francesa atendeu a um setor específico da sociedade que tinha interesse em manter o seu *statu quo* articulando-se para conservar todas as demais esferas sociais em rigorosa disciplina e salvaguardar as formas de produção que lhes eram convenientes. Destarte, o advento do positivismo e a substituição dos fenômenos religiosos e metafísicos pela exatidão dos modelos empiricamente observáveis não impediu a cristalização das divergências entre os grupos sociais distintos.

As influências do positivismo no Brasil foram sentidas, em maior profundidade, com o surgimento de uma nova geração da oligarquia agrária intelectualizada que estava em sintonia com os movimentos burgueses da Europa, no século XVIII. Com a chegada dos imigrantes e o surgimento de setores que se voltam para as finanças e o comércio, não houve, necessariamente, um choque ou reação violenta da tradicional oligarquia porque, diz Edgar Carone (1989), “a burguesia não representa oposição política, nem social, ao sistema oligárquico, mas sim um complemento que o fortalece”. (p. 23)

Não obstante, o caráter conservador e nacionalista desse setor tradicional que comandou, desde o período colonial, a economia agroexportadora e as instituições políticas, sua capacidade de adaptação foi impressionante. Edgar Carone, mais uma vez, referindo-se

as camadas oligarcas no Brasil, durante a Primeira República, tem convicção que as disputas entre os seus fragmentos regionais são, ao mesmo tempo, convergentes e dialéticos. As confluências aparecem para instaurar e conservar a dominação sobre os demais segmentos sociais, contudo, as divergências irrompem quanto as disputas eleitorais se aproximam. A propósito disso, o citado autor afirmou: “Situação e oposição representam a contradição fundamental na luta pelo poder, luta essa que se limita, unicamente, à classe oligárquica. Em nenhum momento, em nenhum Estado, a divergências entre ambas traduz diferenças ideológicas”. (CARONE, 1989, p. 17)

O foco no controle do Estado e nas possibilidades de prosperidade com o desenvolvimento econômico propiciado por ele mobiliza completamente os proprietários agrários e rurais tornando, por vezes, a estabilidade política um mecanismo de controle e barganha cujo intuito é, tão somente, definir o segmento que governa. Novamente, o historiador marxista brasileiro depõe:

Aliás, unidade e diversidade formam um todo dialético, onde interesses, cultura, pontos de vista, podem divergir. As diversas camadas oligárquicas têm consciência de suas necessidades e lutam pelo controle do Estado. O que interessa é ser situação, comandar os mecanismos políticos e administrativos do Estado, beneficiando-se de suas benesses (sic!), dispondo do poder de comandar ou de impor. Daí a importância de ser facção dominante, a que recebe a adesão de outros. (CARONE, 1989, p. 16)

Exatamente por tais razões, durante o período imperial brasileiro, a transição de uma sociedade escravista, rural e agrária para uma economia burguesa industrializada ocorreu sem alterações significativas da estrutura social e desprovida de quaisquer rompimentos profundos entre antigas e novas formas de produção econômica.

Não obstante, as nítidas permanências observadas acima, a intelectualidade brasileira, inspirada nas ideias predominantes na França e na Inglaterra, experimentou transpor para o Brasil o modelo republicano com forte inspiração liberal e positivista. Tais iniciativas repercutiram veementemente na Escola Militar e na formação de Benjamin Constant que por sua vez difundiu tais conceitos entre os oficiais nas escolas de formação do Exército Brasileiro.

Para efeito de demonstração empírica dessa realidade optou-se por verificar a aplicação dos enunciados positivistas de “ordem” e “progresso” para a estabilidade política e econômica do Brasil, bem como, observar em que momentos tais intervenções foram mais relevantes. Da mesma forma, a percepção sobre as conjunturas de transição revelam que uma infinidade fatores, tais como a extensão das alianças políticas e o grau de mobilização dos setores subalternos, pode potencializar ou limitar a eficácia da ordem como requisito para o progresso.

O debate sobre o encadeamento entre economia e política nos processos históricos experimentados pela sociedade brasileira, no século XX, vem se estendendo há muito tempo, no entanto, há duas posições divergentes que merecem atenção não apenas por serem defendidas por importantes estudiosos, como também, pela agregação que representam em torno de si.

Florestan Fernandes afirmou, diante de alguns fatos marcantes da história brasileira do século XX, que “crescimento econômico e instabilidade política parecem ser, de fato, os traços essenciais da vida do Brasil nos últimos cinquenta anos” e sendo assim o “arranco econômico” seria a chave explicativa para “as convulsões políticas” que, em sua visão, poderiam ser definidas como a Revolução de 1930, a Revolta Constitucionalista de 1932, a ditadura varguista do Estado Novo entre 1937 e 1945, e “a conspiração civil com apoio militar que redundou num golpe de Estado contrarrevolucionário, na destituição do governante legal e na implantação de um regime militar autoritário.” (p. 2204)

No entanto, o autor sustenta que há outros fatores inerentes às crises políticas

e/ou ascensão econômica que ocorrem num seio de uma determinada formação social:

Ambos transcorrem como forças independentes, necessárias à reintegração da ordem social em níveis mais complexos de organização econômica, social e política [...] seus efeitos diretos ou indiretos, na esfera extra econômica dependem do contexto histórico-social em que ele se acha inserido e do valor social que adquire em função dos ideais de vida, de equidade e de solidariedade existentes socialmente nas relações dos homens entre si. (p.2418)

O aspecto ideológico não escapa ao exame minucioso de Florestan Fernandes que chama a atenção para o fato de que “os dramas políticos” estão envoltos numa espécie de transfiguração que, no fundo, configura-se como um esforço da classe dominante para impedir a reorganização da sociedade nos planos: econômico, político e social. Adiante, o sociólogo completa seu raciocínio demonstrando como as discrepâncias sociais, no desenvolvimento econômico desigual são, em última instância, a frente e o reverso das crises políticas.

Na década seguinte, a relação entre estabilidade política e desenvolvimento econômico foi pautada por Maria Victória de Mesquita Benevides (1976) e, em sua análise, a autora defende que a associação entre ambos explica a viabilidade do modelo adotado por Juscelino Kubitschek, no Brasil, entre os anos de 1956 e 1961.

Sustentada em autores funcionalistas e em modelos interpretativos da Ciência Política Pensar, a autora ressalta que pretende pensar “a estabilidade através das estruturas que sustentam a sociedade”, sendo que tais estruturas e suas funções se definem como sendo os blocos de apoio no parlamento federal, constituídos pelos partidos ligados ao poder executivo, as Forças Armadas e o papel político do Ministro da Guerra, bem como, o Programa de Metas e sua absorção pelos demais segmentos. (BENEVIDES, 1976, p. 40).

A sua proposição assegura que o Programa de Metas “dependia amplamente do financiamento externo” e, do ponto de vista da autora, Juscelino Kubitschek “estava convencido de que, para despertar a confiança dos possíveis investidores e financiadores, era indispensável manter a ordem pública”. (BENEVIDES, 1976, p. 191)

Ao longo da obra ela manifesta, claramente, que a estabilidade política não significa ausência de crises, porém, assegura que a integridade do sistema, mesmo considerando a possibilidade de ruptura constitucional, é o fator mais importante. Em vista disso, observa que as Forças Armadas têm papel relevante na estabilidade do poder e na economia, bem como, as alianças formadas pelas agremiações políticas.

As conexões entre o poder executivo, o parlamento e os militares garantem a “ordem” por cima e disso depende a viabilidade “progresso”. Enfim, a proposta econômico-administrativa do governo é viabilizada pela estabilidade política e esta, por sua vez, é o requisito primordial para o sucesso da política econômica.

Com base no debate proposto por esses dois autores, pretende-se examinar qual a influência dos axiomas positivistas na conformação da classe dominante no Brasil e como podem ser vistas as relações entre política e economia envolvendo as premissas de “ordem” e “progresso”. Em vista disso, foram selecionados três momentos da história republicana brasileira, durante o século XX: a Proclamação da República, em 1889, a Revolução de 1930 e a ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Em conjunto eles possibilitam, ao mesmo tempo, notar a aplicação das normas positivistas para perpetuação das mesmas camadas sociais com os seus respectivos privilégios econômicos, como também, demonstrar as fragilidades da filosofia preconizada por Auguste Comte.

A ordem por base e o progresso por fim

A perfeita associação entre o capital agrário e o financiamento das primeiras indústrias no Brasil explica como, em 1889, nasce um modelo esquizofrênico de República, cujo movimento foi dirigido pelo Deodoro da Fonseca, um monarquista, e Benjamin Constant Botelho de Magalhães, um positivista liberal, ambos militares e distintamente ecléticos em suas origens. Por outro lado, nenhum deles foi signatário do Manifesto Republicano de 1870 e, ao mesmo tempo, o advogado Lafaiete Rodrigues Pereira, que assinou o documento, participou do Conselho de Ministros do Imperador Dom Pedro II.

Alguns republicanos de última hora eram proprietários de escravos e fazendeiros de café, bem como, tinham vínculos estreitos com a monarquia que, por isso mesmo, estava segura acerca da sua permanência no poder. O imperador, ainda que sem perspectivas de ceder às pressões dos cafeicultores do Oeste paulista para conceder indenizações em caso de uma libertação massiva dos escravizados, sentia-se protegido pela tradição monarquista, pela força repressiva aplicada aos movimentos separatistas anteriores e pelas reformas políticas que haviam sido promovidas.

Contudo, a decadência do sistema escravista e a proibição do tráfico interatlântico de cativos, devido à pressão da Inglaterra, liberam o capital da oligarquia agrária para outras formas de investimento e, por isso, ela se dispunham a integrar as novas formas de organização política e aderir ao clamor federalista. As novas condições políticas e econômicas estavam sedimentadas em toda Europa e Américas impulsionando diferentes formas apropriação do lucro e de exploração do trabalho que aparentavam, ainda que tardiamente, mais promissoras à oligarquia agrária do Brasil. Deste modo, o império ruiu sem muito esforço e a república surgiu sem nenhum alarde consolidando-se com a mesma estrutura oriunda do modelo anterior.

A constituição da República, mediante o ato simbólico de um punhado de militares e a retórica convincente de Benjamin Constant, teve como base a “ordem” e estabeleceu como finalidade o “progresso” e, naquele contexto, foi compreendido como ruptura político-institucional, não obstante Gilberto Freyre (1957) ao interpretar aquela realidade brasileira, tenha destacado, não apenas a subsistência de elementos culturais, como também, a persistência de uma ordem que não necessariamente conduziria ao progresso. A observação do escritor em tela reflete o positivismo em sua essência, ou seja, a aceitação da condição pré-existente que deve ser questionada apenas em razão de como as coisas acontecem e jamais por meio de questionamentos teológicos ou metafísicos que induzam a explicações subjetivas e inquisitivas.

Tal como o corte temporal anterior, a Revolução de 1930, definição pela qual o evento ficou consagrado na historiografia, é outro marco das intervenções armadas protagonizadas pelo Estado contra manifestações opositoras que pudessem desestabilizar a política e intervir na dinâmica do progresso econômico. Desde o estabelecimento da República um acordo tático de mandonismo havia definido os limites de controle social e político. Os meios de produção continuaram com as oligarquias rurais que, paulatinamente, investiram na fabricação de produtos manufaturados, detendo, portanto, o poder econômico, e, sobretudo, o controle do sistema político.

A regionalização desse progresso econômico concentrada no sudeste do país, contudo, foi o estopim para a desestabilização política que se originou com a insatisfação das demais oligarquias preteridas no pacto denominado “Política dos Estados”, protagonizada pelo presidente Manuel Ferraz de Campos Sales, segundo o qual, o equilíbrio dependia do controle monetário e da fragmentação do poder entre os grupos regionais influentes.

Ocorre, porém, que a relação vertical de dependência caracterizadora do sistema político na Primeira República reverberava, necessariamente, no poder decisivo da união e a

ocupação dos postos na escala superior apenas por uma parcela dos grupos pactuantes inviabilizou a operacionalidade efetiva do modelo.

Assim sendo, a reconfiguração do acordo entre as oligarquias de São Paulo e Minas Gerais foi o estopim para outro movimento armado que depôs desta vez, o presidente da República Washington Luís Pereira de Sousa, para assumir Getúlio Dornelles Vargas, o candidato derrotado nas eleições daquele mesmo ano. O processo de destituição dos republicanos paulistas foi gestado na formação da Aliança Liberal, em 1929, da qual participavam as oligarquias do Rio Grande do Sul, da Paraíba e de Minas Gerais, entre outros estados da federação.

Entretanto, os fatores de desestabilização política tinham conexão com um determinante econômico de larga importância: o colapso da economia capitalista mundial e seus efeitos na exportação do café paulista. Os subsídios do governo federal e as conexões diplomáticas com países financiadores como a Inglaterra tornavam a posição do Presidente da República bastante relevante para os produtores paulistas endividados.

Para o historiador Caio Prado Júnior (2006), uma parte considerável dos produtores de café no Brasil dependia do financiamento externo e com a oscilação do câmbio das moedas estrangeiras a derrocada foi inevitável. Portanto, o apego dos produtores paulistas ao poder tinha correlação direta com o papel desempenhado pelo Estado liberal nas políticas de financiamento e exportação do café.

Ao assumir o poder em 1930, Getúlio Vargas tinha como compromisso promover a reintegração das oligarquias excluídas ao poder, no entanto, durante duas décadas, o varguismo não encontrou a fórmula para resolver essa equação. Entre idas e vindas, da constitucionalidade à ditadura, o estigma da instabilidade política foi um entrave para acentuar o progresso econômico do varguismo. Acrescentando-se a pressão dos trabalhadores urbanos organizados em sindicatos, a organização dos camponeses em ligas, ambos dirigidos, em grande parte, pelo Partido Comunista ou suas dissidências, contrariando a oligarquia liberal burguesa fortemente amparada pelas Forças Armadas.

Para Maria Victória Benevides (1976) o pacto de dominação veio a ser restabelecido com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek compatível com o nacionalismo militar, protegido por um grupo de apoio derivado de uma aliança entre parlamentares do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e Partido Social Democrático (PSD) que formaram uma frente majoritária que viabilizou a aplicação da política desenvolvimentista entre 1956 e 1961.

Benevides tem convicção que o desenvolvimento político produz estabilidade política no período histórico de sua pesquisa. Assevera:

No discurso ideológico juscelinista a ênfase na necessidade de manutenção da ordem para a viabilidade do desenvolvimento é uma constante. A ordem pública determina o processo de desenvolvimento e é, por sua vez, determinada pela segurança pública. A ordem política é requisito para o desenvolvimento como processo e o desenvolvimento, como produto, também produz ordem política.

Fato concreto é que várias manifestações e rebeliões ocorreram durante o mandato do “presidente bossa nova”, epíteto cunhado pelo compositor Juca Chaves para descrever a personalidade simpática de Juscelino Kubitschek. Em 1956, um mês antes da posse, alguns revoltos da Força Aérea Brasileira tomaram um avião militar e tomaram, durante um mês, a Base de Jacareacanga, no Pará. Em 1959, durante o exercício do cargo, os mesmos rebeldes conspiraram contra JK e se abrigaram em Aragarças, no estado de Goiás, com a intenção de bombardear as sedes do poder executivo no Rio de Janeiro e depor o presidente.

Além desses episódios, várias outras manifestações ocorreram, no entanto, a

presença ameaçadora do Ministro da Guerra, Teixeira Lott, afixou a manutenção da “ordem” para que o “progresso” fosse adiante com o Plano de Metas que faria o país avançar 50 anos em 5, conforme a propaganda do construtor de Brasília.

Não obstante, do ponto de vista interpretativo de Maria Victória Benevides, a estabilidade política não está atrelada a ausência de conflitos, por isso, “pensar em estabilidade política apenas através de indicadores externos, como crises, rupturas, prisões, golpes, etc.” não faz sentido à sua análise sobre o governo de Juscelino Kubitschek. (BENEVIDES, 1976, p. 40)

Resta, porém, pensar o fenômeno da estabilidade política através da totalidade concreta, o que não significa constituir e aglutinar partes para a composição do todo, mas tendo como foco todas as relações engendradas na sociedade. Em sua forma estratificada a sociedade apresenta contradições que precisam ser compreendidas em suas amplas determinações que envolvem os aspectos econômicos e políticos. (MARX, 2009)

Por conseguinte, pensar de maneira mais ampla os fenômenos que produzem a estabilidade política e o desenvolvimento econômico ou o crescimento da economia em conjunturas sociais conflitivas, bem como, o interregno entre elas, pode dar uma dimensão mais precisa do que realmente mobiliza os setores sociais para os dois propósitos.

Certamente, o intervalo entre o governo JK e o golpe de 1964 é muito esclarecedor nesse sentido, visto que, ocupa uma dimensão diferenciada daquela caracterizada no período precedente e, em seguida, retoma as mesmas peculiaridades, contudo, produz resultados diversos.

Desse modo, com a eleição de Jânio Quadros e João Goulart, outra tentativa de coligação entre o PTB e pequenos partidos políticos, modificou a estrutura original que, segundo Benevides, possibilitou a integração entre “ordem” e “progresso” por um curto período da República brasileira.

A concentração de uma diversidade de tendências oligarcas liberais na União Democrática Nacional (UDN), cujo desempenho eleitoral foi insatisfatório nas eleições majoritárias de 1960, conquanto tenha apoiado o candidato Jânio Quadros, esbarrou na possibilidade ameaçadora do retorno do populismo de Vargas quando João Goulart foi, concomitantemente, eleito vice-presidente. Diante de tamanha discrepância, o resultado das urnas anunciava a inviabilidade de um novo acordo que resultasse na estabilidade política pretendida pelas camadas sociais dirigentes do Brasil.

Se a democracia é um meio de conformar os interesses dominantes pela via do Estado e seus canais de manifestação, tais como as eleições e o voto, evidenciam possibilidades estranhas para os detentores do poder, a saída emergencial é a desestabilização política com a instauração de uma ditadura, mesmo colocando em risco os projetos de desenvolvimento econômico em curso. Foi desse modo que, a manutenção da ordem, tendo em vista os rumores de reformas populistas que poderiam produzir alterações no sistema político unificado por um crescimento econômico anterior, convergiu para o golpe de 1964 e um longo período de ditadura militar.

Aparece aqui o entendimento de Florestan Fernandes (1968), segundo o qual, o desenvolvimento econômico pode ser a causa da instabilidade política. O crítico e ensaísta brasileiro, fazendo um caminho inverso ao de Maria Victória Benevides (1976), possibilita cogitar que, nesse caso, a “ordem” se antecipa ao “progresso” e o cenário político toma a dianteira do viés econômico. Entrementes, o autor alerta para as condições em que isso ocorre, especialmente, considerando que a correlação não é mecânica e alguns fatores são intrínsecos à própria natureza do capitalismo:

Em termos puramente genéticos, a instabilidade política não é causada pelo crescimento econômico. Ela surge de desajustamentos estruturais crônicos, que lançam raízes na distribuição extremamente desigual da renda, mas que possuem

origem social e natureza política. O crescimento econômico contribui para manter tais desajustamentos estruturais - mas não porque ele existe: porque ele se desenrola numa escala deficiente e insuficiente, quanto à sua intensidade, ao seu ritmo e ao seu padrão estrutural. (p. 2418)

No excerto acima, Florestan Fernandes, tendo em vista a relação entre os diferentes setores sociais, ainda que demonstre não existir vínculo automático entre a organização política e o desenvolvimento econômico, admite que a conjuntura histórica possa determinar as conexões entre cada um desses aspectos. O período que está sendo examinado tende a convergir com o raciocínio do escritor ao observar que “o crescimento econômico, com enorme concentração de riqueza, pode favorecer a instabilidade política por meio da ameaça dos amplos setores da sociedade mobilizados contra o poder dirigente”. (p. 2418)

Durante toda a ditadura, os governos militares perseguiram a combinação do crescimento econômico com estabilidade político mediante a impostura da “ordem” e do “progresso” como *slogans* da propaganda oficial. As divergências profundas entre os generais e os dissensos entre eles e uma parcela dos civis que apoiaram o golpe foram entraves constantes para o aprimoramento dessa mediação.

No entanto, se a imposição da “ordem” para planificar a sociedade, foi desafiada na maior parte do tempo, o desempenho da política econômica, dos anos 1970, produziu os resultados almejados ao ponto de silenciar a manifestação de grande parte da coletividade brasileira diante da violência contra os opositores. Isso porque, o crescimento econômico elevado, durante a ditadura militar no Brasil, foi a cristalização de todas as demandas dos grupos que hegemonizavam o controle da economia e necessitavam de estabilidade política para manter o progresso econômico.

Entretanto, para alcançar o ápice do progresso industrializado uma combinação de fatores políticos foi necessária e implicou, basicamente, na coesão de civis e militares golpistas em torno do anticomunismo, bem como, na dissimulação das contradições internas, sobretudo, diante da oposição que se formou na militância organizada em sindicatos e no meio estudantil.

Para chegar ao resultado alcançado entre 1967 e 1973, contudo, os governos de Arthur da Costa e Silva e de Emílio Garrastazu Médici consubstanciaram suas políticas econômicas num ousado Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG), elaborado pelo Ministro da fazenda, Otávio Gouveia de Bulhões, e pelo Ministro do Planejamento, Roberto de Oliveira Campos, na administração de Humberto de Alencar Castello Branco, ocorrida entre 1964 e 1967.

Segundo Luís Viana Filho (1975), a situação emergencial exigia um ajuste fiscal e monetário gradual antes de promover o crescimento econômico:

O PAEG traçava os pontos principais da nova estratégia da política econômica, apontava os instrumentos de combate à inflação no campo monetário, fiscal e salarial; os mecanismos de incentivo às exportações e de correção dos desequilíbrios no balanço de pagamentos; os instrumentos de estímulo à poupança no mercado de capitais, com o princípio da correção monetária; e as concepções para o problema da habitação popular, e, conseqüentemente, aumento da construção civil. Também se incluía um elenco de investimentos públicos e programas setoriais de crescimento. (p. 209)

Apesar da descrição apologética, Luís Viana não negava que a primeira fase do programa que tinha como um dos objetivos reativar o desenvolvimento econômico encontrava oposição dos adversários que “apoiados na máquina comunista, adulteravam a imagem do movimento” e a desconfiança dos organismos financeiros internacionais que estavam “inclinados pelo tratamento de choque, doloroso, mas fulminante, que não desse

tempo para uma reação”, visto que, o plano de contenção progressiva adotado poderia esbarrar, na impaciência do mundo político” que iria intervir “desastrosamente”. (p.210 e 212)

Ora, a observação perspicaz do chefe do Gabinete Civil da Presidência da República resulta de uma preocupação vigente naquele momento de “restaurar a ordem democrática”, combinando uma intervenção gradativa nos problemas econômicos. Na visão do primeiro governo militar, a “revolução”, na verdade golpe de 1964, havia saneado a crise política, contudo, persistia uma enorme questão econômica derivada de altos índices inflacionários e aumento das dívidas interna e externa.

Uma intervenção drástica para reduzir a inflação implicaria em estagnação da produção e elevada oposição empresarial, bem como, numa contenção salarial com grandes possibilidades de uma reação popular. Sendo assim, mesmo diante de resistência do Fundo Monetário Internacional e de alguns aliados internos, o PAEG protelou os resultados negativos da economia e possibilitou a realização de diagnósticos mais precisos para a ofensiva posterior.

Desse modo, as sucessivas imposições da ordem, por meio dos Atos Institucionais, acomodaram as instituições políticas e os problemas econômicos foram maquiados, com a implantação do PAEG, assegurando uma aparente estabilidade. Nesse caso, a intervenção militar procurou a mediação entre a estabilidade política e o crescimento econômico fugindo, de certo modo, aos padrões de comportamento sugeridos tanto por Florestan Fernandes quanto por Maria Victória Benevides, conquanto, logo depois, a situação se modifique e possa ser observada sob os pontos de vista concebidos pelos autores referidos.

Sob o comando de Antônio Delfim Netto no Ministério da Fazenda, os dois presidentes posteriores investiram maciçamente no Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED) estimulando o consumo, facilitando o crédito para empresas, indústrias e consumidores, viabilizando o financiamento externo da economia e garantindo incentivos fiscais.

Do ponto de vista político, o período foi marcado por uma ofensiva repressora sobre os opositores, com prisões, desaparecimentos e assassinatos, bem como, a imposição da censura aos meios de comunicação, as manifestações artísticas e culturais, combinada com uma propaganda de largo alcance e bastante eficaz.

Novamente, a concentração de propriedade e renda atingiu um patamar elevado no Brasil favorecendo as oligarquias burguesas que mantiveram o controle político e econômico do país desde a Proclamação da República. Certamente, o período avaliado foi bastante proveitoso para tais setores que, na mesma proporção definida por Maria Victória Benevides (1976) sobre o governo Kubitschek, contaram com o apoio de setores militares e do Congresso Nacional para promover a estabilidade política e o desenvolvimento econômico.

Todavia, a percepção de Florestan Fernandes (1968) não é inadequada para avaliar o fenômeno de uma sociedade de classes que tem no “progresso” sua finalidade e estrutura-se na “ordem” para a consecução dos seus objetivos. O que escreve na década anterior, por sua percepção da totalidade, alcança sem restrições a conjuntura do “milagre econômico” quando afirma que:

Classes e grupos sociais divergentes, quando ao curso e aos objetivos da integração nacional, podem projetar seus interesses e opções ideológicas nas áreas em que se define que o crescimento econômico deverá representar para a ‘consolidação’ ou para ‘expansão’ da ordem social vigente. Daí resultam fricções incontroláveis que agravam a instabilidade política e intensificam sua utilização como recursos extremo para manter do poder ao velho estilo. (p. 2519)

Mesmo em conjunturas democráticas, adverte Florestan Fernandes, as tensões sociais que podem provocar a instabilidade política, por razões econômicas, estão presentes:

A inexistência de canais políticos de absorção de divergências, tensões ou conflitos sociais e a ausência de formas propriamente democráticas de institucionalização do poder, que pudessem incluir todas as classes da sociedade nacional em ocorrências de interesse comum, é que respondem e explicam, substancialmente, o caráter inevitável e secular da instabilidade política. (p. 2481)

No caso da ditadura militar, o conflito, referido pelo autor, apareceu de forma muita diversificada e configurada, substancialmente, na oposição parlamentar do Movimento Democrático Brasileiro (MDB), na defesa da liberdade de expressão da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), na proteção do direito à vida pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), no engajamento político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) ou nos partidos e organizações clandestinas de luta armada, entre outras possibilidades não institucionalizadas.

Portanto, seja em democracias ou ditaduras, “as classes sociais prejudicadas” opõem-se com os instrumentos disponíveis, conquanto, o resultado prático nem

‘sempre corresponda ao propósito inicial. Obviamente que, referindo-se à autocracia dos generais, esses setores do movimento de oposição eram minoritários, suas ações limitadas e com pouca adesão popular, contudo, proporcionalmente, muito fortes haja vista a ferocidade da repressão. É ainda Florestan Fernandes quem sintetiza as razões do alcance limitado das oposições:

Apesar de sua ineficácia, a eclosão de tais ressentimentos, frustrações e insatisfações na arena política alerta os círculos conservadores, gerando ciclos alternados de composições conciliadoras, mais ou menos ‘progressistas’ e intransigências rígidas, mais ou menos ‘duras’ e ‘implacáveis’. No fundo, a lógica desses dinamismos é sempre a mesma. Os círculos conservadores usam suas posições estratégicas na estrutura do poder sob o controle de uma de suas facções. Os expedientes para ‘atingir esse objetivo tanto podem ser a via eleitoral, a conspiração política ou o golpe de Estado. (p. 2468)

Sumariamente, a longa reflexão sociológica do escritor paulistano define que os desajustes do crescimento econômico capitalista acentuam a instabilidade política tendo em vista sua inviabilidade de atender as demandas dos setores sociais desprovidos de riqueza.

Crise ou escassa participação social na política?

Feita essa digressão acerca dos principais momentos de inflexão da política brasileira no século XX é possível que ainda seja necessário aprofundar-se no fio condutor que mobiliza o raciocínio sobre seu atrelamento com as condições econômicas do país no mesmo período.

Alguns fatores como a urbanização, a inflação crescente e o aviltamento dos salários associados a uma participação popular restrita e efêmera nos processos decisórios são, em grande medida, a preocupação das camadas dominantes e a razão mais evidente das crises políticas no Brasil. Sobre a concentração urbana, Marx e Engels (1974) refletiram da seguinte forma:

[...] a divisão da população em duas grandes classes, divisão essa que repousa diretamente na divisão do trabalho e nos instrumentos de produção. A cidade é o resultado da concentração da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, enquanto que o campo põe em evidência o fato

oposto, o isolamento e a dispersão. A oposição entre a cidade e o campo só pode existir no quadro da propriedade privada; é a mais flagrante expressão da subordinação do indivíduo à divisão do trabalho, da subordinação a uma atividade determinada que lhe é imposta. Esta subordinação faz de um habitante um animal da cidade ou um animal do campo, tão limitados um como o outro, e faz renascer todos os dias a oposição entre os interesses das duas partes. (p. 62)

Se por um lado, o progresso no Brasil significou adesão à produção industrial sem, contudo, atingir independência frente às economias altamente industrializadas, por outro, o fermento para fazer o bolo crescer era sempre exigido dos proletários. Os juros escorchantes pagos ao capital financeiro imperialista eram cobrados, na forma de inflação dos preços, do trabalhador assalariado.

Um diagnóstico feito por Paul Singer (1973) acerca do Milagre Econômico, nos anos 1970, explica bem essa situação. Inicialmente, o clima era de otimismo e todos os indicativos econômicos faziam crer que haveria benefício para todos:

A continuidade da expansão e, sobretudo a ausência de fortes pressões inflacionárias, apesar das taxas inusitadamente altas de crescimento do produto, se deve, portanto, em boa medida, ao rápido crescimento de nossa capacidade de importar, proporcionada pela grande expansão das exportações e a forte elevação das entradas de capital estrangeiro. (p. 70)

No entanto, a bolha de crescimento artificial criada para mascarar os graves problemas sociais e políticos do Brasil não subsistiu, exatamente, porque se apoiava na ideia de resolver o problema para poucos. É ainda o mesmo autor que ratifica o que foi dito:

Durante algum tempo tentou-se esconder o sol com a peneira, resultando daí um hiato cada vez maior entre a inflação real e a inflação oficial, que acabou engolindo todo o sistema de controle de preços, juros e salários. Já em fins daquele ano, o 'modelo' girava num vazio: a economia inegavelmente continuava crescendo, mas o processo produtivo começava a engasgar em tantos pontos, que mudanças profundas na economia se impunham. (SINGER, 1973, p. 164)

O significado filosófico do positivismo, em sua busca pela humana, consubstanciado pelo princípio do amor esbarra em fortes contradições quando aplicados às condições sociais expostas anteriormente. Como numa linha mestra todos os períodos da História republicana brasileira, durante o século XX, estiveram marcados pela supremacia da oligarquia burguesa que impôs a "ordem" para alcançar o "progresso" que atingiu as demais esferas sociais de forma desigual.

Já no final dos novecentos, quando se anunciou a república, a soberania geral foi constituída por atos meramente simbólicos e formalmente jurídicos. A arrancada industrial que antecede e adentra ao vigésimo século não distribui os bens de consumo duráveis de forma irrestrita, tampouco, fornece a todos o benefício da energia gerada pelas usinas hidrelétricas e o conforto das rodovias pavimentadas.

Celso Castro (2000) fez ver que a percepção simbólica da Proclamação da República disfarçava os conflitos internos sobre o sistema federativo e a libertação dos cativos:

[...] o fácil sucesso do golpe republicano coloca algumas armadilhas à nossa percepção histórica do evento. Poderíamos imaginar que a República era inevitável, uma etapa necessária da „evolução“ da sociedade brasileira. Também seria fácil pensar que os principais protagonistas do movimento (...) atuaram de forma unida e coesa. Se assim tivesse sido, seria fácil explicar a falta de reação por parte do governo e o modo indiferente com que a maioria da população assistiu aos acontecimentos (p. 8).

Reformas acanhadas, como as propostas por Getúlio Vargas e João Goulart, são

consideradas espúrias propagandas comunistas e execradas juntamente com os opositores. Na verdade, o temor generalizado era a desordem do sistema produtivo, não importando, por isso, se a instabilidade ocorreria primariamente no sistema político para desembocar na economia ou se, como esclarece Florestan Fernandes (1980), as pequenas reparações econômicas pudessem subverter a dimensão da inserção dos grupos no poder:

O que se procurava impedir era a transição de uma democracia restrita para uma democracia de participação ampliada que ameaçava o início da consolidação de um regime democrático-burguês, no qual vários setores das classes trabalhadoras (mesmo de massas populares mais ou menos marginalizadas, no campo e na cidade) contavam com crescente espaço político. (p. 113)

Cabe salientar que, apesar do caráter autocrático das ditaduras, as fases democráticas, como durante o governo de Juscelino Kubitschek, não foram mais justas na divisão da riqueza proporcionada pelo crescimento acelerado. Aliás, Celso Furtado (1968) é bastante enfático em sua compreensão sobre o desenvolvimento do capitalismo na América Latina:

Enquanto o desenvolvimento, na modalidade do capitalismo clássico, criou condições de estabilidade social e abriu as portas ao reformismo, a situação dos países latino-americanos é fundamentalmente diversa: a própria penetração da técnica engendra a instabilidade social e agrava os antagonismos naturais de uma sociedade estratificada em classes. Desta forma, a via do aperfeiçoamento gradual das instituições políticas resulta ser extremamente difícil. (p. 13)

Isso porque, na visão de Celso Furtado (1968) crescer economicamente não é suficiente para fazer justiça social, ao contrário, a concentração da renda é cada vez maior quando o “progresso” considera absorver apenas uma parcela da sociedade.

O desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana; quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (p. 19)

Ademais, há um nível baixíssimo de tolerância externa às crises políticas no Brasil que, embora sejam próprias de uma sociedade estratificada em classes e por vezes sejam criadas para atender às próprias demandas do capitalismo, se levadas a efeito em sua grande dimensão social podem atravancar o desenvolvimento comercial, financeiro, agrário e industrial imobilizando a economia e os setores produtivos ao ponto de minimizar os lucros do capital.

As várias intervenções estrangeiras nas decisões políticas ou econômicas do país demonstram que a desigualdade, também, ocorre nas relações mundiais. A Inglaterra exerceu forte pressão para que o Brasil fizesse a transição do sistema produtivo escravista para a utilização da mão-de-obra assalariada, com a finalidade de estabilizar os preços do açúcar no exterior. No esteio da Segunda Grande Guerra, os Estados Unidos mobilizaram milhões de dólares para influenciar a adesão de Getúlio Vargas e promover a siderurgia nacional. Foi o mesmo país que hegemonizou a liderança capitalista após o conflito e ofereceu suporte bélico e financiamento em dinheiro para garantir a desestabilização de João Goulart por meio do Golpe de 1964.

Todos esses elementos, em conjunto, dão a dimensão concreta da inviabilidade do modelo positivista de associação entre a “ordem” e o “progresso”. O progresso no Brasil não alterou significativamente a correlação de forças políticas, senão de forma pontual, mantendo os mesmos setores sociais no poder.

Conclusão

As questões envolvendo a estabilidade política e o desenvolvimento econômico, associadas às premissas “ordem” e “progresso” – conforme os lemas do positivismo de Auguste Comte – foram vistas como uma associação que tem sido estudada por funções de causalidade e efeito, nas quais, as instituições são moldadas para equilibrar as fricções entre diferentes setores da sociedade que divergem em seus interesses. Pode-se demonstrar que, para além dos pactos e consensos realizados para possibilitar o desenvolvimento econômico de uma esfera social muito restrita a dinâmica entre as classes é a principal razão dos desequilíbrios que mobilizam a política.

No domínio econômico, a mesma situação se repete, uma vez que, a distribuição desigual da riqueza proporciona uma insatisfação generalizada entre as camadas não beneficiadas e os ajustes políticos elaborados para conter os conflitos sociais derivados da desigualdade econômica apenas intensificam a discrepância na sociedade de classes.

Como visto, em Maria Victória Benevides, é possível que a estabilidade política garanta, temporariamente, o equilíbrio requerido pelas classes dirigentes, dentro e fora do país, para a execução de planos econômicos que tenham como escopo a manutenção da prosperidade centrada numa minoria já suficientemente abastada.

Parece, contudo, bastante coerente a insistência de Florestan Fernandes em demonstrar que o fator de desestabilização na forma excludente como o sistema político está concebido e, portanto, propenso a gerar crises de enorme magnitude. O foco das crises políticas analisadas nos diversos contextos da História do Brasil, durante o período eleito para essa investigação, esta sempre na imposição da “ordem” para manter a disciplina e a obediência dos setores não governantes, entretanto, vista de outro ângulo elas repercutem os anseios da maioria que sequer são cogitados quando denotados como pretexto da instabilidade republicana.

Ao verificar os postulados de Maria Victoria Benevides é possível perceber que sua apreciação sobre a estabilidade política imposta por Juscelino Kubitschek como pressuposto para estabelecer e cumprir o Programa de Metas é coerente, no entanto, a chave interpretativa mais adequada não está nas razões da conciliação com o parlamento e os militares para originar um ambiente estável e propício para o desenvolvimento econômico, mas nas motivações que impuseram as fricções sociais e desencadearam o desajuste no campo político e administrativo.

As tensões são decorrentes da estratificação social de larga base piramidal que provoca constantes conflitos de interesses e exigem a vigilância permanente da classe dominante. O empenho pela estabilidade política como pressuposto para o desenvolvimento econômico é um recurso autoritário para manutenção de círculo vicioso nocivo ao interesse geral da sociedade.

Notas

² Isidore Auguste Marie François Xavier Comte (1988), em obra construída entre os anos de 1830 e 1842, anunciou os fundamentos para compreensão do universo a partir da transição entre os três estados crescentes da concepção humana: teológico, metafísico e positivo, sendo que esta última, impregnada de racionalidade e pragmatismo, constituem a mais elaborada fase da evolução da humanidade.

³ Sobre a formação militar e política de Benjamin Constant Botelho de Magalhães ver: CASTRO (1995) e LEMOS (1997).

⁴ Informações relevantes sobre os vínculos entre o imperador D. Pedro II e a oligarquia agrária no Brasil podem ser consultada na biografia do príncipe regente elaborada por José Murilo de Carvalho (2007)

⁵ Sobre os fatos descritos acima cabe ressaltar que as principais revoltas reprimidas no período regencial foram: a Cabanagem, no Pará, de 1833 a 1836; a Sabinada, na Bahia, entre 1837 e 1838; a Balaiada, no Maranhão, que durou de 1833 até 1841, e a Farroupilha, no Rio Grande do Sul, cuja periodicidade estendeu-se de 1835 a 1845. Acerca do processo econômico é interessante ressaltar que, mediante pressão interna e externa, foi promulgada a Lei Eusébio de Queirós, em 1850, proibindo o tráfico negroiro e isso estimulou os proprietários ao tráfico interno, mas, também, despertou a atenção para o declínio do uso da mão de obra escravizada para o setor produtivo agrário. No último ano de seu governo, diante da crescente oposição, o imperador diminuiu a centralização do poder, aumentou a participação eleitoral e o acesso à educação, bem como, garantiu maior autonomia às províncias. Tais medidas tardias foram inócuas para assegurar a estabilidade política e continuidade do império visto que a oligarquia agrária que sustentava a monarquia já tinha outros planos para perpetuar sua condição de grupo soberano.

⁶ Ainda que o conflito entre os setores mais tradicionais da oligarquia e a crescente burguesia tenha existido, o investimento do capital agrário na industrialização foi comprovado por Caio Prado Júnior (1996, p. 260) definindo claramente que a transição entre as economias agroexportadora e industrializada permitiram a sua coexistência concomitante e dependente.

⁷ Em seu curso sobre a filosofia positiva, num dos últimos volumes sobre a dinâmica social, Auguste Comte (1988) destaca a importância de adequação à realidade, por meio da observação objetiva dos fenômenos, da neutralidade científica e da unidade universal. O amor, como princípio, um dos postulados menos avaliados do positivismo, é uma metáfora para justificar a indivisibilidade social e, com isso, garantir a estabilidade e a permanência da dominação anteriormente instituída.

⁸ Conforme MEIRELLES (2006) as exportações do produto, que chegaram a US\$ 445 milhões em 1929, caíram para US\$ 180 milhões em 1930. A cotação da saca no mercado internacional caiu quase 90% em um ano.

⁹ O slogan “50 anos em 5” foi criado pelo poeta Augusto Frederico Schmidt, também amigo particular e assessor especial de Juscelino Kubitschek.

¹⁰ O candidato de Juscelino Kubitschek foi o marechal Henrique Baptista Duffles Teixeira Lott, no entanto, a força eleitoral de João Goulart, candidato a vice-presidente pelo Partido trabalhista Brasileiro (PTB) e a intensa surpreendente adesão do eleitorado ao populista Jânio Quadros criou um novo tipo de acordo nos estratos superiores da política. A composição de partidos que apoiou a eleição a presidente foi composta pelo Partido Trabalhista Nacional (PTN), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Republicano (PR) e o Partido Libertador (PL).

¹¹ Um estudo sobre a conciliação de interesses entre civis e militares na ditadura, especialmente, no que concerne à agregação em torno do anticomunismo tendo como outro polo o desenvolvimento industrializado pode ser conferido em DIAS (2016)

¹² As informações sobre os governos Costa e Silva e Médici foram extraídas de SKIDMORE (1988) e SINGER (1977)

¹³ Acerca da estruturação do sistema repressivo durante a ditadura militar sugere-se consultar: FON (1986) AQUINO (1999) e DREIFUSS (1981).

¹⁴ A descrição das razões que mobilizaram os ingleses para intervir no modo de produção do Brasil Imperial foi feita por CHALHOUB (2012); Numa longa descrição sobre a trajetória de Getúlio Vargas, BOURNE (2012) faz referências aos acordos entre o Estado Novo e os Estados Unidos da América; FICO (2008) esmiuça vários documentos que comprovam a participação estadunidense na conspiração que derrubou o presidente João Goulart.

REFERÊNCIAS

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1962-1978)**. O exercício cotidiano da dominação e da resistência. O Estado de S. Paulo e o Movimento. Bauru: Edusc, 1999.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. **O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política: 1956-1961**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BOURNE, Richard. **Getúlio Vargas: A esfinge dos pampas**. São Paulo: Geração Editorial,

2012.

- CASTRO, Celso. **A Proclamação da República**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.
- CARVALHO, José Murilo de. **D. Pedro II. São Paulo**: Companhia das Letras, 2007.
- CHALHOUB, Sidney. **A força da escravidão: ilegalidade e costume no Brasil oitocentista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- COMTE, Auguste. **Curso de Filosofia Positiva**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.
- _____. **Système de politique positive ou traité de Sociologie instituant la Religion de l'Humanité**. Paris: Larousse, 1890.
- CARONE, Edgard. **A Primeira República (1889-1930)**. Texto e Contexto. São Paulo: Difusão européia do livro, 1969.
- _____. **A Segunda República (1930-1937)**. 3ª edição. Rio de Janeiro – São Paulo: DIFEL/Difusão Editorial S.A, 1978.
- _____. **Movimento Operário no Brasil (1877-1944)**. Rio de Janeiro: Difel, 1981.
- _____. **Classes sociais e movimento operário**. São Paulo: Ática, 1989.
- CASTRO, Celso. **Os militares e a república: um estudo sobre cultura e ação política**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 1995.
- DIAS, José A. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966 – 1982)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: A conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- FERNANDES, Florestan [Original 1968]. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. 1.ª edição digital (Kindle), São Paulo: Global Editora, 2013.
- _____. **Brasil, em compasso de espera**. São Paulo: Hucitec, 1980.
- FICO, Carlos. **O Grande irmão: da operação Brother Sam aos anos de chumbo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- FON, Antônio Carlos. **Tortura: a história da repressão política no Brasil**. São Paulo: Global, 1986.
- FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. 1ª edição. Rio de Janeiro: José Olympio, 1959.
- FURTADO, Celso. **Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. (A)
- FURTADO, Celso. **Um Projeto para o Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1968. (B)
- LEMO, Renato Luís do Couto Neto e. **Benjamin Constant- vida e história**. Dissertação de Mestrado. Niterói, Universidade Federal Fluminense. 1997.
- MARX, Karl. **Contribuição à Crítica da Economia Política**. Expressão Popular, São Paulo, 2009.
- MARX, Karl, e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Portugal, Presença, 1974.
- MEIRELLES, Domingos. **1930, Os Órfãos da Revolução**. São Paulo: Editora Record, 2006
- MILL, John Stuart. **Ensaio sobre a liberdade**. São Paulo: Escala, 2006.
- PRADO JÚNIOR, Caio. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.
- SKIDMORE Thomas E. **Brasil: de Castelo a Tancredo (1964 - 1985)**. Editora Paz e Terra, 1988.
- SINGER, Paul. **A crise do "milagre"**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- TORRES, João Camilo de Oliveira. **O Positivismo no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1943.
- VIANA FILHO, Luís. **O governo Castelo Branco**. Rio de Janeiro: Editora José Olympio, 1975.

Recebido em: 26/03/2017
Aprovado em: 20/09/2017